

Comitê do pacto condena Congresso

O Congresso Nacional está sendo alvo das críticas de trabalhadores e empresários a partir do momento em que decidiu modificar a proposta de orçamento feita pelo Governo para o próximo ano, na tentativa de rolar a dívida dos estados e municípios. Ontem, durante reunião do comitê de dirigentes do pacto — acordo entre trabalhadores, empresários e Governo para baixar a inflação — a atitude do Congresso foi interpretada como uma afronta ao acerto entre as três partes para efetivar o corte de despesas do Governo.

— O Congresso rompeu com a área econômica, que fez a proposta do orçamento, então que assuma o pepino. O problema é que ninguém quer perder nada, todos querem levar vantagens — critica Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários e representante da CGT no pacto. Antes de entrar para a reunião, no 8º andar do Ministério do Trabalho, que começou às 15h30, Magri defendeu a ampliação do número de participantes nas reuniões do pacto. Para ele, devem entrar representantes do Congresso Nacional e da CUT.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albaldo Franco, abriu ontem a reunião lendo um comunicado conjunto do comitê empresarial, cobrando do

Governo o saneamento das finanças públicas como condição necessária “para evitar a explosão inflacionária”. O comunicado diz ainda que “a participação do empresariado no desdobramento futuro do pacto depende da realização desse pressuposto”.

“As decisões do Executivo e do Legislativo, tomadas fora do pacto, preocupam, pois podem prejudicar irrecuperavelmente os entendimentos”, protestou o senador Albaldo Franco. “A rolagem das dívidas dos Estados e municípios com grave impacto sobre a vida econômica não deve se processar à margem dos objetivos do pacto, sob pena de comprometer o programa de ajuste fiscal”. Franco terminou o discurso afirmando que é necessário haver “uma corajosa política de cortes”.

Outro que criticou a atuação do Congresso mas defendeu sua participação no pacto foi o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Arthur Sendas: “Queremos que Governo e o Congresso cumpram sua parte, mas parece-me que o Congresso não quer cortar gastos. Por isso, acho que o Congresso precisa sentar-se à mesa conosco, pois estará atrapalhando os objetivos do pacto se não quiser enfrentar a realidade e diminuir despesas”.

Se não houver cortes efetivos

de despesas o andamento do pacto poderá ser afetado, prevê Arthur João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. O próprio ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, também tocou no assunto antes de entrar para a reunião: “Não conheço a decisão do Congresso, mas vamos discutir aqui uma proposta coerente e séria de saneamentos das finanças públicas. Só assim poderemos viabilizar uma política de rendas no âmbito do pacto social”.

A proposta do Governo enviada ao Congresso, disse Mailson, teve por objetivo zerar o déficit público. “Essa é a medida necessária para trabalhadores, governo, empresários e a sociedade como um todo, capaz de assegurar uma política de redução da inflação”.

Os empresários voltaram a defender que os 25% fixados para preços e salários em dezembro sejam a média e não o teto para o aumento de preços. O Governo e os trabalhadores deixaram claro, mais uma vez, que os 25% fixados para dezembro, bem como os 26,5% fixados para este mês, representam o teto-limite para o aumento de preços e salários. “Continua tudo a mesma coisa, não mudou nada. Os 25% são um teto”, afirmou o subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Econômicos, Maurício Vasconcelos.